

DF poderá ter Niemeyer como

senador em 86

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) vai lançar a candidatura do arquiteto Oscar Niemeyer, em 86, para disputar uma vaga no Senado, pelo Distrito Federal. A informação foi confirmada ontem pelo próprio Niemeyer, após sair de uma audiência às 14h45min, com o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto, acompanhado do governador de Brasília, José Aparecido.

"O partido" — disse o arquiteto um dos construtores de Brasília — "vem pensando em lançar a minha candidatura ao Senado, pelo DF, desde que surgiram as possibilidades reais de legalização do PC. Eu ainda não tentei convencer o partido em contrário, porque entendo que devo ajudá-lo, embora acredite que eu entendo mais de arquitetura do que de política".

Amoroso

Niemeyer disse ainda que tem uma relação amorosa com Brasília, cidade que ele ajudou a construir e para a qual, no momento, prepara mais um projeto arquitetônico novo, o da construção de um Panteão, que será feito ao lado da Praça dos Três Poderes. Desta forma, ele disse que "seria um prazer e uma honra, para mim, ser senador constituinte por Brasília".

Brasília elegerá, pela primeira vez, em 1986, três senadores e oito deputados federais. Niemeyer afirmou gostar da idéia. Para ele, a capital da República não poderia continuar com os seus direitos políticos cassados. "As eleições para o DF representam a anistia à capital do País," disse.

Sensibilizar

Quem primeiro anunciou a candidatura de Oscar Niemeyer em 86, por Brasília, foi o secretário-geral do PCB, Giocondo Dias, quando da visita de cortesia que fez ao presidente José Sarney, acompanhado dos dirigentes nacionais do partido. Ontem, Niemeyer disse que o PCB, legalizado, disputando as eleições, "tem condições de sensibilizar e de levantar as massas".

Para ele, o PCB "já deveria ter sido legalizado há muitos anos. O Partido foi fundado em 1922 e de lá até aqui, viveu apenas dois anos na legalidade, ao disputar a Constituinte de 46. Mas um ano depois teve o seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Agora, o governo da Nova República, para provar que é democrático, legalizou os partidos", concluiu.